

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 530.303 - PE (2019/0258633-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JOSE LOURINALDO PESSOA DA SILVA
ADVOGADO : JOSE LOURINALDO PESSOA DA SILVA - PE033594
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : JOHNY JOSE BEZERRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOHNY JOSE BEZERRA DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do HC n. 0001866-34.2019.8.17.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas (tráfico de drogas).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. TRAMITAÇÃO REGULAR DO FEITO. AUDIÊNCIA JÁ DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR PRESENTES. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DO DELITO. QUANTIDADE E TIPO DA DROGA APREENDIDA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 86 DO EG. TJ/PE. APLICAÇÃO DE CAUTELARES. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NAO EVIDENCIADO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. *Compulsando os autos verifico não restar configurado o alegado excesso de prazo, pois não se evidencia mora processual decorrente de inércia imputável ao aparato judicial ou à acusação. Conforme se depreende das informações prestadas pelo Juízo a quo, detalhando cada fase processual, os autos apresentam tramitação regular, dentro dos padrões de razoabilidade, mantendo-se a regularidade nas movimentações processuais.*

2. *Inexiste constrangimento ilegal na prisão do paciente por excesso de prazo na formação de sua culpa, sobretudo quando a instrução criminal encontra-se próxima de se findar, como no caso presente.*

3. *No tocante à ausência de requisitos autorizadores para a segregação preventiva, não merece prosperar, vez que presente o*

Superior Tribunal de Justiça

fumus commissi delicti, pois a materialidade do delito e os indícios suficientes de autoria estão comprovados.

4. Além disso, presente o *periculum libertatis*, amparando-se a manutenção da segregação preventiva na garantia da ordem pública, pois no caso vertente, resta evidenciada a periculosidade real do paciente, caracterizada pela gravidade concreta da conduta, sobretudo, pelo tipo e certa quantidade de material entorpecente, além de certa quantia em dinheiro.

5. Não são suficientes ao caso a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

6. Por outro lado, conforme dispõe a súmula nº 86 deste Eg. Tribunal, as condições pessoais favoráveis, de per si, não impõem a concessão da liberdade, se existirem fundamentos para a prisão cautelar, os quais se encontram presentes no caso em tela, ante o teor da decisão prolatada pelo Juízo a quo.

7. Não há, portanto, razões para reforma do decreto prisional, uma vez que permanecem os motivos que ensejaram a constrição cautelar. Ordem denegada. Decisão unânime. (fl. 18)

No presente *writ*, sustenta o impetrante ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente.

Alega que, caso reste condenado, o réu fará jus à substituição da reprimenda corporal por restritivas de direito, pelo que seria desproporcional mantê-lo acautelado.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura, aplicando-se, caso se entenda necessário, medidas alternativas.

Indeferida a liminar (fls. 45/46) e prestadas informações (fls. 52/59 e 61/64), o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fls. 66/73).

É o relatório.

Decido.

O *writ* está prejudicado.

Isso porque, em consulta ao sistema informatizado do Tribunal de origem, constatou-se que, em 6/9/2019, nos autos da Ação Penal n. 0000300-83.2019.8.17.0280, foi proferida sentença condenando o ora paciente às penas de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime aberto, e pagamento de 340 dias-multa, tendo a reprimenda corporal sido substituída por restritivas de direito, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da impetração.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

